

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E AS INTERVENÇÕES PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DO INTERIOR DA PARAÍBA

Emanuel Gilson Dantas ¹

RESUMO

A escola é um ambiente vivo que contribui, para o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos que a frequentam, formada pelo conjunto de profissionais que desejam contribuir com o acesso, permanência do aluno na escola, objetivando a construção de pessoas socialmente conscientes. Este ambiente escolar é composto por vários profissionais como: professor, gestor, inspetor, coordenador/supervisor, psicólogo e o orientador educacional, a maioria destes com formação inicial ou continuada em pedagogia, além de crianças ditas normais e as que tem diagnósticos variados, necessitando ser incluída no ambiente escolar. Destacamos neste estudo as atividades desenvolvidas pelo orientador educacional para incluir crianças diagnosticadas na sala de aula. A profissão de orientador educacional, ao longo da sua história tem se modificado e suas ações vem acompanhando a realidade das comunidades escolares onde atua. Este estudo faz um recorte da atuação do orientador educacional com os estudantes no período de 2014 a 2018 em uma cidade do interior da Paraíba, e tem como objetivo geral analisar a atuação profissional através de registros de intervenções coletiva em salas regulares para adaptação de crianças com necessidades específicas no sistema de ensino municipal, no referido período. A metodologia adotada na pesquisa baseou-se nos estudos e análises bibliográficos, relatórios produzidos pelo profissional de orientação e cadernos de bordo. A pesquisa em questão encontra-se na fase de tabulação de dados para a referida análise e com isso a possibilidade de conclusão do artigo.

Palavras-chave: Escola, Inclusão, Orientador Educacional, Intervenção

INTRODUÇÃO

A profissão de orientador educacional, ao longo da sua história tem se modificado e suas ações vem acompanhando a realidade das comunidades escolares onde atua. Este estudo faz um recorte da atuação do orientador educacional com os estudantes no período de 2014 a 2018 em uma cidade do interior da Paraíba, e tem como objetivo geral analisar a atuação profissional através de registros de intervenções coletiva em salas regulares para adaptação de crianças com necessidades específicas no sistema de ensino municipal, no referido período.

¹ Mestre em Ciências da Educação, Especialista Psicopedagogia Clínico e Institucional e Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, autorprincipal@email.com;

METODOLOGIA

Através da pesquisa há inúmeras possibilidades de desvelamento da realidade, desde que haja critérios. Para tanto, o pesquisador deve estar atento para observar os métodos científicos inerentes à busca da realidade a que se propõe, haja vista ser, a pesquisa, “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento”. (LAKATOS, 2006, p. 44)

A metodologia adotada na pesquisa baseou-se nos estudos e análises bibliográficas, relatórios produzidos pelo profissional de orientação e cadernos de bordo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Orientação Educacional no Brasil esteve sempre ligada às tendências pedagógicas adotadas, num esforço de se tentar desenvolver um trabalho adequado para o momento histórico (GRINSPUN, 2008, p. 11). Neste contexto, o papel do Orientador Educacional é um colaborador do processo pedagógico, num movimento que tem como objetivo principal quebrar com os paradigmas sociopolíticos e 32 econômicos impostos pela sociedade moderna (GRINSPUN, 2008, p. 13). A atuação do Orientador Educacional está baseada em um ato político comprometido com uma sociedade mais justa e por este motivo vive em uma constante mudança e seu trabalho deve ser contextualizado, levando-se em consideração a história do aluno, onde este educando perceba seu desenvolvimento. Seja compreendido a realidade e haja percepção entre o desenvolvimento individual e o aprendizado. (GRINSPUN, 2008, p. 29).

A existência no ambiente escolar deste profissional, portanto, é justificada a partir do entendimento político educacional, então a atuação do orientador estava justificada pela Constituição de 1937. Seguindo este entendimento, tal profissional deveria promover entre o alunado uma disciplina moral com base no adestramento físico (LEME; SILVA, 2014, p. 23), mas o seu papel vem sendo transformado ao longo do século XX e nestes primeiros anos do século XXI, papel este que ainda não foi devidamente esquadrihado pela História da Educação. Do ponto de vista da legislação educacional, a Lei n. 5.564/68 e o Decreto n. 72.846/73 são os primeiros diplomas legais que se voltaram para a função deste profissional, afirmando que os orientadores deveriam atuar no sentido de promoverem o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do aluno, o que nos leva a perceber o viés psicológico imbuído na lei (LEME; SILVA, 2014, p. 23). Para além dos artigos das leis e decretos regulamentares, percebemos que a profissão passou por fases importantes ao longo do século XX, sendo que a fase terapêutica se destaca, uma vez que preconizava um atendimento

prioritário aos alunos considerados “problema”. Temos notado que tal perspectiva vem, ao longo dos anos, sendo desconstruída e substituída por uma percepção de que o Orientador Educacional deveria atentar criticamente para os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais que permeiam o ambiente escolar (GRINSPUN, 2010, p. 28).

Atualmente, a Orientação Educacional é entendida como uma função que tem por objetivo principal colaborar com a construção coletiva do ideal de cidadania, preconizado nos diplomas legais e nos saberes pedagógicos vigentes (LEME; SILVA, 2014, p. 32). Na nova prática do profissional, o serviço não deve ser a parte da escola, como fosse um serviço que adentrasse no ambiente escolar, aplicasse uma técnica e determinasse o futuro do aluno. Pelo contrário, deve contribuir com a formação de cidadão, que reconhece seus direitos, praticando de forma coerente os conhecimentos adquiridos. Também o Orientador Educacional deve atuar na mediação dos conflitos, analisando o contexto social no qual cada educando está inserido, bem como as individualidades desses sujeitos (LEME; SILVA, 2014, p. 33). Além de estar embasado teoricamente e com metodologias que contribuam para uma atuação significativa, o profissional da Orientação Educacional deve pautar-se na observação e no diálogo com o orientando, buscando atuar de forma coerente na resolução dos problemas e dificuldades apresentadas pelos alunos e alunas (MARQUES, 2014, p. 85). Anteriormente, citamos leis, constituição do Brasil, princípio de atuação do profissional. Para chegar até o ponto vivenciado hoje em dia, a profissão passou por vários períodos que nos faz entender a atuação deste profissional. Grinspun, relata que os orientadores, em seu início da profissão, passou por uma fase romântica, onde acreditava que a sua atuação resolveria todos os problemas dos alunos. Esta atuação também seria capaz de resolver os problemas diretos ou indiretos apresentados por eles. Nesta fase a palavra chave era o ajustamento. Existia um pensamento de aluno, de filho, de irmão, de colega. Outra fase nomeada pela autora é a objetiva. O orientador educacional deveria estar atento para esclarecer situações antecipadamente e evitar o problema antes que aconteça. O conceito chave nesta fase era o da prevenção. (GRINSPUN, 2008, p. 16) Entre 1920 a 1941 a orientação educacional vivenciou a fase “implementador”. De forma tímida os orientadores educacionais, começaram a aparecer no cenário brasileiro. Iniciando sua prática através da orientação vocacional, ajudando o aluno na escolha profissional. (GRINSPUN, 2008, p. 17). No período conhecido como “institucional”, que é de 1942 a 1960, que também pode ser dividido em funcional e instrumental. É neste período que ocorre a legalização, as leis, os congressos e a formação dos novos profissionais. Neste período nota-se o esforço do Ministério da Educação e Cultura para dinamizar os cursos de formação dos Orientadores Educacionais. (GRINSPUN, 2008, p. 17). De 1961 a 1970 o período era denominado “transformador”. Neste

momento começa a ter mais importância, os congressos, os eventos de classes. A partir de 1960 a escola apresentava como a instituição que poderia melhorar o desenvolvimento do país. Nos congressos a visão psicológica criava-se força. Os protagonistas das escolas deveriam incentivar pensamentos e atitudes de acordo com o modelo político vigente. “o novo e o diferente”, mesmo sendo para melhorar a prática pedagógica, não era permitido. (GRINSPUN, 2008, p. 18).

Período disciplinador, compreendido entre 1971 a 1980. Mais uma vez entra em cartaz o pensamento psicológico, mesmo os orientadores do período demonstrarem um viés sociológico. Neste momento histórico os orientadores veem na obrigação de se cumprir a Lei nº 569/71 e seguir o decreto nº 72846/73, que determinava o que o orientador educacional deveria fazer. É neste período que intensifica a orientação vocacional, como exercício da profissão. Também neste período há uma necessidade de questionar o papel da escola e suas diretrizes perante a sociedade. Neste momento, a escola deveria estudar a sociedade, por isso o viés sociológico. (GRINSPUN, 2008, p. 19). Pós o período disciplinador, na década de 1980, inicia o período questionador. Neste período os profissionais iniciam a questionar a sua formação através dos seus representantes de classe. (GRINSPUN, 2008, p. 20).

Ao indagar os seus representantes de classe, tomam consciência e começam discutir objetivos, procedimentos, estratégias, critérios de avaliação dos alunos. Com esta tomada de decisão sobre a prática dos orientadores educacionais, os profissionais lutam por uma escola democrática e de qualidade e com isso começam a também discutir suas práticas, seus valores, perceber os alunos trabalhadores no ambiente escolar. Entendendo que educar é um ato político, com este princípio a prática do 35 profissional foi entendendo que a escola estava intrinsicamente relacionadas com as mudanças no pensar da sociedade. (GRINSPUN, 2008, p. 21). A cada discussão a prática da orientação educacional iria distanciando da prática vocacional onde os alunos eram direcionados através do seu desejo de trabalho, para a discussão das questões sociais e as desigualdades dos trabalhadores. (GRINSPUN, 2008, p. 22). A partir dos anos de 1990 inicia-se o período “orientador. Para GRINSPUN este período está sendo construído. O que sabe deste momento é que houve uma tentativa de unificar todos os trabalhadores em educação em uma entidade representativa nacional. (GRINSPUN, 2008, p. 25). Nos anos seguintes, principalmente em 1994 os profissionais da orientação educacional, questionam-se a continuidade do exercício. Para GRINSPUN a orientação educacional está intrinsicamente ligada ao aluno, sendo para atingir o alunado que existe o orientador. (2008, p. 26). A cada dia inicia o pensamento dos orientadores educacionais, que o seu papel principal é proporcionar uma escola contextualizada com a realidade do aluno, não apenas como um

objeto, mas este aluno que tem uma realidade, que deve ser traga para dentro da escola. O pensamento de padronização, através do Serviço de Orientação Educacional, já passou. Atualmente o orientador educacional deve está comprometido com a melhoria da escola. (GRINSPUN, 2008, p. 29).

Conforme o histórico da orientação educacional, tivemos vários períodos, erro e acertos. Entendemos que para tomar decisões e exercitar o serviço, também devemos conhecer as concepções pedagógicas e decidir o que vai nortear o seu trabalho. Devemos entender a escola e o aluno que está neste ambiente e que cidadão estamos formando para atuar na sociedade nos dias atuais. Para cada período citado acima existe uma concepção pedagógica que orientava a atividade. Na concepção tradicional, o orientador educacional deveria ajustar o aluno a escola, a família e à sociedade. A escola deveria oferecer uma formação integral da personalidade do aluno e com isso o estudante ter oportunidade de acertar nas suas decisões. Havia um modelo de homem, de escola. A orientação deveria seguir este modelo e a escola cobrava resultados dos alunos, através do serviço de orientação, para que não ocorresse desvio do modelo de 36 homem. Nesta concepção o orientador educacional estava envolvido na elaboração de testes e instrumentos de medida. (GRINSPUN, 2010, p. 54). Na concepção pedagogia renovada, o papel do orientador era de consultor, apoiando o aluno e participando do processo, identificando as mudanças, sugerindo atividades para o aprofundamento dos conteúdos. (GRINSPUN, 2010, p. 54). Há uma mudança no comportamento na atividade dos orientadores nas concepções progressistas. Nestas concepções as lutas de classes são percebidas e seus conflitos e o papel do orientador educacional é de mediador destas relações entre indivíduo e sociedade. A realidade do aluno é levado em consideração, um ser real e histórico. (GRINSPUN, 2010, p. 55).

Na construção histórica da educação inclusiva teve-se três Leis de Diretrizes e Base da Educação. Na primeira, Lei 4.024/61 procurou proporcionar um lineamento para a educação do país, já fazia menção aos direitos dos deficientes à educação, de forma timidamente, ditando que dentro do possível, os excepcionais deveriam participar do sistema geral de educação. Na segunda, Lei 5.692/71, define-se de forma mais específica, quem deveria participar da educação inclusiva e por fim a ultima, Lei 9394/96 que em seus artigos 58 e 59 são mais claro em relação a educação inclusiva, assegurando metodologias adequadas para o aluno que tem necessidades educacionais. (OLIVEIRA, 2010).

A formação institucional para os professores oferecida por Universidades é bastante importante, mas a pessoa que recebe esta formação deve querer trabalhar com um determinado público, ou a formação não terá tanta eficácia na atuação diária com os alunos. No século 21 a

luta pela educação inclusiva intensifica-se a cada ano. Exemplo da amplitude do tema é que em 2004 o Ministério Público Federal, baseando-se no Decreto nº 3.956/2001 lança o documento o “Acesso de Alunos com Deficiências às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, tendo o objetivo de divulgar os conceitos e diretrizes na educação. Dois anos após A ONU aprova A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que os países participantes devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. (OLIVEIRA, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu artigo 58 descreve como

[...] educação especial (grifo do autor), para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente (grifo do autor) na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (MESSEDER. 2012, pag. 174)

No mesmo artigo da mesma lei citada anteriormente, desta vez em seu parágrafo segundo traduz como deve ser o atendimento.

§2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (Grifo do autor). (MESSEDER. 2012, pag. 175)

Conforme relatado anteriormente, as leis obrigam a escola realizar a inclusão de seres humanos com necessidades específicas, mas cabe ao professor a escolha ética de trabalhar e fazer com que este ser humano se desenvolva educacionalmente de forma coerente.

O entendimento sobre Inclusão também está sendo construído, neste momento há a discussão que incluir ou realizar inclusão não é apenas colocar uma criança ou adolescente com necessidade educacional dentro da escola ou dentro de uma sala de aula. Entende-se como inclusão que:

A inclusão, portanto, não é algo de que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera

teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos dos seres humanos são humanos sem distinção. (MARTINS. 2011, pag. 63)

A inclusão deve ser estendida para todos e que todos sejam iguais nas diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da pesquisa há inúmeras possibilidades de desvelamento da realidade, desde que haja critérios. Para tanto, o pesquisador deve está atento para observar os métodos científicos inerentes à busca da realidade a que se propõe, haja vista ser, a pesquisa, “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo de conhecimento”. (LAKATOS. 2006, p. 44).

A pesquisa em questão encontra-se na fase de tabulação de dados para a referida análise e com isso a possibilidade de conclusão do artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que a escola é um lugar de potencial exercício democrático, e consequentemente de inclusão de pessoas com necessidades específicas, é satisfatório produzir este artigo que contribui para a reflexão tanto do papel do orientador educacional em tempos atuais, quanto o papel social da escola representando pela matrícula, permanência e sucesso educacional deste público atendido pela instituição.

REFERÊNCIAS

GRINSPUN, Mírian Paura S. Zippi. Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008;

_____. A orientação educacional: Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010;

_____. A prática dos orientadores educacionais. 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008;

_____. A prática dos orientadores educacionais. 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012;

LAKATOS E.M., MARCONI M.A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, LUCIA DE ARAÚJO RAMOS- [et al.] Inclusão: Compartilhando Saberes. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

MESEDER, Hamurabi. Entendendo a LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional lei nº 9.394/1996. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Márcia Denise Marques de. Educação inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores. Brasília: Editora Aplicada, 2010.